

LAM: finalmente fim aos exageros?

N. 13
Z
85

NÃO sou pessoa que viaje muito de avião. Só o faço quando não tenho outra alternativa. As cartas publicadas na quarta-feira, 6 de Fevereiro, referindo problemas da aviação no nosso País, pelos senhores Sousa e Firmino Soares, aliadas ainda à notícia que vi sobre a visita que o dirigente da província de Sofala, fez ao Aeroporto da Beira, levaram-me no entanto, a escrever também para essa página.

Eu sou de opinião que cada qual tem direito a manfestar livremente as suas ideias, mas deve pesar sempre a realidade em que vive, medir o seu comportamento em função do mundo que o rodeia. O senhor Firmino Soares parece que não vive em Moçambique. Sem querer entrar em confronto com as questões que ele deixa postas, uma por uma, só queria que ele dissesse às LAM (mesmo que fosse essa a vocação dessa empresa — e não é) como arranjar material para construir um hotel. Aliás, esse segredo deveria ser antes revelado à indústria hoteleira que melhor se poderia servir dele. E querer fazer do avião uma cantina «onde se vendem bebidas» é outra coisa que me deixa assombrado, admitindo mesmo que bebidas não faltassem no País.

Já o senhor D. H. Sousa coloca, quanto a mim, o problema de uma forma mais realista. Ele chama atenção para a necessidade urgente de se institucionalizar — nesta circunstância especial que vivemos — «uma política para o sector de transportes».

Interpreto eu esta proposta como uma política de transporte, para o sector onde se defina quem deve ou não viajar de avião, priorizando em absoluto quem tem de trabalhar. E parece que isto val ter que ser feito, pelo menos se estou a interpretar correctamente as orientações deixadas ao público da Beira, pelo membro do Bureau Político, Marcelino dos Santos.

Espero também que esta definição ponha também fim ao exagero que se está a verificar (e isto já não é segredo para ninguém) dos Ministérios que diariamente passam requisições de passagens, «com carácter prioritário», com a mesma facilidade com que passam uma requisição ao fornecedor mais próximo. Isso não é, de forma alguma contribuir para a austeridade é, pelo contrário, fazer-nos pensar que não só o seu orçamento é elástico como quem passa as requisições

não tem grande sentido de responsabilidade.

Fala também na sua carta, o senhor Sousa, das empresas ligadas a grandes projectos que pretendem adquirir aviões. Em minha opinião ele põe o problema também de forma muito correcta. O mais grave é que esta compra já teve início e os caminhos de Ferro já dispõem de um avião próprio. O piloto que os serve... foi recrutado na TTA. Qualquer dia, aquela empresa estatal não terá aviões, sobressalentes, combustível e nem sequer pilotos e mecânicos.

Gostaria de juntar a minha voz à dele e pedir que se reveja com urgência esta situação de forma a não destruímos empresas que demoraram anos a criar e que até têm provado capacidade. Deixemos para mais tarde — quando tivermos paz e uma economia estável — os passeios desnecessários de fim de semana e as vistas à família. Afinal, a grande maioria do nosso povo nem sequer será afectada pela medida, porque está já demasiado ocupada pela vida dura que lhe é exigida nesta luta pela reconstrução nacional para gozar de benefícios que são só de muito poucos.

EDUARDO G. MATOS
(Bairro Central)